

CO-GOVERNANÇA: CORRESPONSIBILIDADE NAS CIDADES DE HOJE

Conferência Internacional

*17-20 janeiro de 2019
Castel Gandolfo, Roma, Italia*

PACTO PARA UMA NOVA GOVERNANÇA

As questões provocadas pela globalização nos campos político, econômico, tecnológico e social agitam continuamente e com dificuldades crescentes também a vida das cidades.

O medo gerado pelas mudanças em andamento têm induzido à depressão social e ao fechamento de horizontes, ampliado os conflitos e as desigualdades, minando profundamente a coesão social.

As cidades às quais nos referimos são entendidas aqui como lugar de convivência e de pertencimento em todas as suas múltiplas formas, das megalópoles às áreas rurais. São casa para mais da metade da população mundial, uma proporção destinada a crescer ainda mais, atravessadas por todos os desafios da humanidade, dos desequilíbrios sociais aos conflitos étnicos, dos problemas ambientais à afasia democrática.

A governança urbana é uma tarefa complexa. As decisões do presente determinam o futuro das próximas gerações. Por isso as cidades têm uma importância política e cultural estratégica e, considerando que desde sempre representam o lugar da utopia e da novidade da convivência humana, podem se tornar espaço de experimentação para transformar medos, fraturas sociais e conflitos em oportunidades geradoras de respostas locais e/ou globais.

Uma “mudança de época” requer um novo empenho, individual e coletivo, que envolva consciência, pensamento e ação.

A partir da vida nas cidades pode nascer uma visão diferente dos processos democráticos, com decisivo reconhecimento do valor da participação, onde participar significa antes de tudo sentir-se parte de uma história comum, porque todos pertencemos a uma única família humana.

Estamos convencidos que:

- círculos virtuosos podem ser acionados por qualquer pessoa nas cidades e contagiar;
- as mil ocasiões de encontro e de diálogo que a cidade oferece na cotidianidade dos relacionamentos estimulam e consolidam práticas de paz e de justiça;
- as diversidades culturais podem se reconhecer e compor lugares de novos acolhimentos;
- a cooperação entre a função mediadora dos políticos, a qualidade técnica dos peritos, a competência dos funcionários, o saber dos cidadãos e dos numerosos agentes sociais pode dar nova qualidade à democracia.

Se esta perspectiva se consolidar, poderá se tornar um sistema e se projetar em nível global.

Neste caminho, os signatários deste Pacto, provenientes de cidades nos vários continentes, envolvidos em diferentes funções e empenhos, se colocam como sujeitos protagonistas ao lado de todos aqueles que são artífices de outros percursos e iniciativas.

A primeira escolha é adotar a filosofia da rede, estrutura social definida pelos nós que a sustentam e pela qualidade das relações humanas que a conectam. Neste contexto, a rede representa o processo mais eficaz para agregar as diversidades e, conseqüentemente, para responder com um olhar mais rico à complexidade real que nos caracteriza enquanto sociedade. O diálogo entre diferentes sujeitos pode recompor o tecido da cidade, porque incrementa o capital social, melhora as escolhas públicas e as torna mais eficazes.

A rede, não sendo um lugar homologador, produz efeitos superiores à simples soma das partes de que é composta, tem como efeito (plus) a felicidade de muitos e o reforço das subjetividades. Em um tempo em que tudo está contido no presente, reunindo e multiplicando capacidades e talentos, a rede cria futuro.

As redes sobre as quais estamos falando nunca são circuitos fechados, mas procuram conexões com outras redes, superando assim os fechamentos elitistas da política e atenuando as assimetrias econômicas e sociais. Além disso, superam o risco de se transformarem em organizações improdutivas, de egoísmos, porque decidem acolher e envolver como sujeitos todos aqueles que frequentemente estão à margem das dinâmicas democráticas por conta das pobreza econômicas, relacionais ou culturais.

Para dar novamente plena subjetividade política às cidades, a lógica das redes deverá atuar ao menos em três níveis:

- **Rede de cidadãos:** todos aqueles que vivem no território urbano e que, inspirados pela mesma responsabilidade, sustentam a diversidade de funções e tarefas;
- **Rede de agentes coletivos:** os grupos profissionais e econômicos, os sujeitos do voluntariado e do âmbito religioso, da cultura e da universidade, da informação e da comunicação, ...;
- **Rede entre cidades:** porque a unidade da família humana não nasce de uma decisão de cima para baixo, mas de uma construção inteligente, ativa e paciente entre uma rede de redes.

Isso leva a uma questão central que desafia a ação política principalmente no plano do método: como decidir? E como traduzir as decisões em prática? Trata-se de um nó que interroga qualquer pessoa que ative uma rede para a ação política.

Dos trabalhos do evento emergiram algumas prioridades.

Cidadãos que optam por operar em rede:

- se opõem à corrupção que já se tornou sistêmica através do comportamento de cada um, agindo com responsabilidade e coerência em nível pessoal, familiar e no trabalho;
- buscam formação contínua para conhecer os contextos, reforçar as motivações e adquirir competências;
- exigem informações claras, valorizando a multiplicidade das linguagens (inclusive das novas tecnologias) para abordar problemas complexos, a transparência dos processos decisoriais e a clareza na agenda política;
- buscam compreender o desígnio da cidade, sustentando-o mesmo em condições adversas com estratégias de resiliência;
- exigem um relacionamento leal com as instituições, que devem merecer a participação dos cidadãos colocando a disposição dos mesmos espaços de poder real.

Agentes coletivos que optam por operar em rede:

- percorrem a cidade dando voz às suas feridas. Para melhor conhecer e tornar conhecida as suas potencialidades elaboram um mapa com informações integras e claras;
- cooperam para colocar em evidência o espírito profundo da história da cidade (genius loci), promovendo a atuação a partir das suas habilidades e competências;
- dialogam constantemente com as instituições, harmonizando os interesses de categoria com o bem comum, sem pedir favores, solicitando que a participação encontre morada estável através de novos estatutos, pactos comunitários, consultas, ...;
- adotam, juntamente com as instituições, alguns princípios fundamentais: transparência e integridade, divisão de tarefas e inclusão, responsabilização e avaliação;
- enfrentam com olhar competente e integrado, no território significativo e circunscrito das cidades, as grandes urgências do ambiente, do planejamento social e urbano, da revolução digital, da crise de representatividade, para encontrar respostas que possam ser aplicadas inclusive em grande escala.

Cidades que optam por trabalhar em rede:

- optam por compartilhar energias para "pensar local e agir global" avaliando as várias possibilidades, como por exemplo a relação de cooperação entre cidades-irmãs que poderão, assim, antecipar fragmentos de fraternidade universal;
- se empenham em fazer colaborar a cidadania, com a criação de plataformas acessíveis e de fácil utilização;
- cooperam para superar os interesses e preconceitos particulares que minam a confiança, fundamento indispensável para a construção e sustentação das redes, conscientes de que as dificuldades de percurso podem se tornar oportunidades para ousar novas estratégias e colaborações criativas;
- compartilham programas e informações, recursos humanos e materiais, mas também fracassos e experiências difíceis, para se ajudarem reciprocamente e abrirem visões e colaborações operativas;
- exigem serem reconhecidos como protagonistas essenciais dentro das organizações e das instituições (nacionais, internacionais e transnacionais), de modo a integrar com a voz dos povos a única representatividade dos governos.

À luz desses compromissos de rede, o governo das cidades se expande em um processo de co-governança multidimensional, adquirindo qualidade democrática, capacidade decisional, eficácia de resultados e perspectivas.

Três diretrizes poderosas iluminam o caminho que se abre diante dos signatários deste Pacto:

- ✓ Interpretar o significado da política como experiência democrática, participativa e deliberativa, não opositiva, que chama todos para o compromisso.
- ✓ Fomentar processos participativos em todos os níveis, onde o diálogo, que é dimensão estrutural da sociabilidade humana, encontre formas, linguagens e instrumentos facilitadores.
- ✓ Dialogar com todas e todos em busca de uma cultura inclusiva e fraterna considerando a riqueza da diversidade dos povos, tecida pelos valores compartilhados que possibilitam o caminho rumo à unidade da família humana.